



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Apoio Especializado**  
**Especialidade Arquivologia**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '109', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A****Conhecimentos Gerais**  
**Conhecimentos Específicos**  
**Discursiva - Redação****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

**Diante do futuro**

*Que me importa o presente? No futuro é que está a existência dos verdadeiros homens. Guyau\*, a quem não me canso de citar, disse em uma de suas obras estas palavras:*

*“Porventura sei eu se viverei amanhã, se viverei mais uma hora, se a minha mão poderá terminar esta linha que começo? A vida está por todos os lados cercada pelo Desconhecido. Ainda executo, trabalho, empreendo; e em todos os meus atos, em todos os meus pensamentos, eu pressuponho esse futuro com o qual nada me autoriza a contar. A minha atividade excede em cada minuto o instante presente, estende-se ao futuro. Eu consumo a minha energia sem recear que esse consumo seja uma perda estéril, imponho-me privações, contando que o futuro as resgatará – e sigo o meu caminho. Essa incerteza que me comprime de todos os lados equivale para mim a uma certeza e torna possível a minha liberdade – é o fundamento da moral especulativa com todos os riscos. O meu pensamento vai adiante dela, com a minha atividade; ele prepara o mundo, dispõe do futuro. Parece-me que sou senhor do infinito, porque o meu poder não é equivalente a nenhuma quantidade determinada; quanto mais trabalho, mais espero.”*

\* Jean-Marie Guyau (1854-1888), filósofo e poeta francês.

(PRADO, Antonio Amonio (org.). **Lima Barreto**: uma autobiografia literária. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 164)

1. Lima Barreto vale-se do texto de Guyau para defender a tese de que
  - (A) as projeções do futuro só importam quando estiverem visceralmente ligadas às experiências do presente.
  - (B) o futuro ganha plena importância quando temos a convicção de que todas as nossas ações são duradouras.
  - (C) as ações do presente têm sua importância determinada pelo valor intrínseco de que se revestem.
  - (D) as ações do presente ganham sentido quando projetadas e executadas com vistas ao futuro.
  - (E) o futuro só é do nosso domínio quando nossas ações no tempo presente logram antevê-lo e iluminá-lo.
2. O fato de nossa vida estar cercada pelo Desconhecido não deve implicar uma restrição aos empreendimentos humanos, já que, para Guyau,
  - (A) a incerteza do futuro não elimina a possibilidade de tomá-lo como parâmetro dos nossos empreendimentos.
  - (B) os nossos atos tendem a se tornar estéreis quando pautados por uma visão otimista do futuro.
  - (C) a brevidade do tempo que temos para viver autoriza-nos a viver o presente com o máximo de intensidade.
  - (D) o fundamento da moral especulativa está em planejar o futuro sem atentar para as circunstâncias presentes.
  - (E) o trabalho estéril executado no presente acumula

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
  - (A) *Todavia executo* (2º parágrafo) = por conseguinte ajo.
  - (B) *uma perda estéril* (2º parágrafo) = um ônus impróprio.
  - (C) *imponho-me privações* (2º parágrafo) = faculto-me restrições.
  - (D) *o futuro as resgatará* (2º parágrafo) = o amanhã as imputará.
  - (E) *incerteza que me comprime* (2º parágrafo) = dúvida que me constringe.
4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) Pelo simples fato de ignorarmos o futuro, Guyau não desiste de valorizar no presente às ações que poderão projetar-se nele.
  - (B) O desconhecimento do futuro não nos exime de sermos responsáveis por tudo aquilo que empreendemos.
  - (C) Sendo certo que o Desconhecido cerceia nossa vida, nem por isso deixaremos de investir sobre o nosso futuro.
  - (D) Está no futuro o sentido mesmo de tudo o que nos dispomos a fazer nos limites naturais do tempo presente.
  - (E) Mesmo sem assenhorearmos qualquer certeza diante do futuro, nossas ações presentes ressalvam toda liberdade.
5. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se concordando com o elemento sublinhado na frase:
  - (A) Há trabalhos que a gente (**executar**) sem imaginar o sentido que ganharão no futuro.
  - (B) Os minutos de que se (**necessitar**) viver plenamente devem trazer consigo uma expectativa de futuro.
  - (C) As privações que me (**competir**) enfrentar não devem desestimular meus empreendimentos.
  - (D) As incertezas quanto ao meu próprio futuro não (**dever**) eximir-me de ser responsável por minhas decisões.
  - (E) Os desafios que cada um de nós hoje se (**obrigar**) a enfrentar fortalecem-nos diante do futuro.
6. A construção da frase *eu pressuponho esse futuro com o qual nada me autoriza a contar* permanecerá correta caso se substitua o elemento sublinhado por
  - (A) de cujo pouco posso prever.
  - (B) por quem nada posso antecipar.
  - (C) do qual nada me é dado esperar.
  - (D) perante o qual não sei avaliar.



**Atenção:** As questões de números 7 a 12 referem-se ao texto seguinte.

### Questão de gosto

A expressão parece ter sido criada para encerrar uma discussão. Quando alguém apela para a tal da “questão de gosto”, é como se dissesse: “chega de conversa, inútil discutir”. A partir daí nenhuma polêmica parece necessária, ou mesmo possível. “Você gosta de Beethoven? Eu prefiro ouvir fanfarra de colégio.” Questão de gosto.

Levada a sério, radicalizada, a “questão de gosto” dispensa razões e argumentos, estanca o discurso crítico, desiste da reflexão, afirmando despoticamente a instância definitiva da mais rasa subjetividade. Gosto disso, e pronto, estamos conversados. Ao interlocutor, para sempre desarmado, resta engolir em seco o gosto próprio, impedido de argumentar. Afinal, gosto não se discute.

Mas se tudo é questão de gosto, a vida vale a morte, o silêncio vale a palavra, a ausência vale a presença – tudo se relativiza ao infinito. Num mundo sem valores a definir, em que tudo dependa do gosto, não há lugar para uma razão ética, uma definição de princípios, uma preocupação moral, um empenho numa análise estética. O autoritarismo do gosto, tomado em sentido absoluto, apaga as diferenças reais e proclama a servidão ao capricho. Mas há quem goste das fórmulas ditatoriais, em vez de enfrentar o desafio de ponderar as nossas contradições.

(Emiliano Barreira, inédito)

7. Definida como *instância definitiva da mais rasa subjetividade*, a questão de gosto **opõe-se**, terminantemente,

- (A) à atribuição de mérito à naturalidade de uma primeira impressão.
- (B) ao primado do capricho pessoal, ao qual tantas vezes se apela.
- (C) à dinâmica de argumentos criteriosos na condução de uma polêmica.
- (D) ao subterfúgio de que nos valem para evitar um princípio de discussão.
- (E) ao princípio da recusa a qualquer fundamentação racional numa discussão.

8. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, a menção a *Beethoven* e a *fanfarra de colégio* ilustra bem a disposição do autor em colocar lado a lado manifestações artísticas de valor equivalente.
- II. No 2º parágrafo, o termo *despoticamente* qualifica o modo pelo qual alguns interlocutores dispõem-se a desenvolver uma polêmica.
- III. No 3º parágrafo, a expressão *servidão ao capricho* realça a acomodação de quem não se dispõe a enfrentar a argumentação crítica.

Em relação ao texto está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) ---

9. Ao longo do texto o autor se vale de expressões de sentido antagônico, para bem marcar a oposição entre uma razão crítica e uma mera manifestação do gosto. É o que se constata quando emprega

- (A) *encerrar uma discussão* e *nenhuma polêmica*.
- (B) *engolir em seco* e *impedido de argumentar*.
- (C) *desafio de ponderar* e *estanca o discurso crítico*.
- (D) *tudo é questão de gosto* e *tudo se relativiza*.
- (E) *servidão ao capricho* e *fórmulas ditatoriais*.

10. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais em:

- (A) Caso um de nós a tome em sentido absoluto, a questão de gosto acabará por impedir que debatamos com alguma seriedade.
- (B) Caso sejam levadas a sério, suas ponderações teriam soterrado as tais razões de gosto que alegassem os seus interlocutores.
- (C) Somente nos restaria engolir em seco, se admitirmos que a tal da questão de gosto tivesse alguma relevância.
- (D) Se alguém apelasse para a tal “questão de gosto”, dificilmente nós, reputados polemistas, haveremos de concordar.
- (E) Seria necessário que todos gostassem das fórmulas ditatoriais do gosto para que se impeça um debate calcado em princípios argumentativos.

11. Muita gente não enfrenta uma argumentação, prefere substituir uma argumentação pela alegação do gosto, atribuindo ao gosto o valor de um princípio inteiramente defensável, em vez de tomar o gosto como uma instância caprichosa.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados por, respectivamente,

- (A) substituir-lhe - atribuindo-o - tomá-lo
- (B) substituí-la - atribuindo-lhe - tomá-lo
- (C) substituí-la - lhe atribuindo - tomar-lhe
- (D) substituir a ela - atribuindo a ele - lhe tomar
- (E) substituir-lhe - atribuindo-lhe - tomar-lhe

12. Na passagem da voz ativa para a passiva, NÃO houve a devida correspondência quanto ao tempo verbal na seguinte construção:

- (A) A questão de gosto dispensaria as razões = As razões teriam sido dispensadas pela questão de gosto.
- (B) O autoritarismo apagava as diferenças reais = As diferenças reais eram apagadas pelo autoritarismo.
- (C) Os acomodados têm proclamado a servidão ao capricho = A servidão ao capricho tem sido proclamada pelos acomodados.
- (D) Será que ele apreciará tais formas ditatoriais? = Será que tais fórmulas ditatoriais serão apreciadas por ele?
- (E) Haveremos de enfrentar esse e outros desafios = Esse e outros desafios haverão de ser enfrentados



**Atenção:** As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto seguinte.

### Sobre a publicação de livros

*Muito se tem discutido, recentemente, sobre direitos e restrições na publicação de livros. Veja-se o que dizia o filósofo Voltaire, em 1777:*

*“Não vos parece, senhores, que em se tratando de livros, só se deve recorrer aos tribunais e soberanos do Estado quando o Estado estiver sendo comprometido nesses livros? Quem quiser falar com todos os seus compatriotas só poderá fazê-lo por meio de livros: que os imprima, então, mas que responda por sua obra. Se ela for ruim, será desprezada; se for provocadora, terá sua réplica; se for criminosa, o autor será punido; se for boa, será aproveitada, mais cedo ou mais tarde.”*

(Voltaire, **O preço da justiça**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 56)

13. A posição de Voltaire está corretamente resumida na seguinte frase:

- (A) A publicação de livros é uma questão de Estado e somente na instância do Estado deve ser administrada.
- (B) Os autores de livros, soberanos para emitir suas opiniões, devem permanecer à margem das sanções dos tribunais.
- (C) A única consequência admissível da publicação de um livro é a reação do público leitor, a quem cabe o juízo definitivo.
- (D) Afora alguma razão de Estado, não se deve incriminar um autor pela divulgação de suas ideias.
- (E) O Estado só deve ser invocado para julgar um livro quando isso constituir manifesta exigência do público.

14. Por falha estrutural de redação, impõe-se **reescrever** a seguinte frase:

- (A) Muitos ensinamentos dos antigos escritores e filósofos mantêm-se atuais, por força do permanente interesse público pelos temas que abordaram.
- (B) São inspiradores os intelectuais antigos que, como Voltaire, discutiram temas cuja relevância não sofreu qualquer declínio até nossos dias.
- (C) A discussão atual sobre o direito de se publicar uma biografia não autorizada pode enriquecer-se, quando se recorre a princípios defendidos por Voltaire.
- (D) A liberdade de pensamento constituiu uma preocupação central para os intelectuais do século XVIII, destacando-se, entre eles, o gênio de Voltaire.
- (E) Mesmo que haja grande evolução no que diz respeito aos costumes, vê-se que no século XVIII era permanente a preocupação com os direitos civis.

15. Quanto à colocação das vírgulas, a frase inteiramente correta é:

- (A) Num de seus textos a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma do sentimento da justiça que, segundo ele, foi-nos concedido por Deus que também nos deu um cérebro para contrabalançar os impulsos do coração.
- (B) Num de seus textos, a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda, com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma do sentimento da justiça, que, segundo ele, foi-nos concedido por Deus, que também nos deu um cérebro para contrabalançar os impulsos do coração.
- (C) Num de seus textos, a que deu o título de “Do justo e do injusto” Voltaire aborda, com a propriedade de sempre a questão da natureza mesma do sentimento da justiça, que segundo ele foi-nos concedido por Deus que, também, nos deu um cérebro para contrabalançar os impulsos do coração.
- (D) Num de seus textos a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma do sentimento da justiça, que segundo ele foi-nos concedido por Deus, que também nos deu um cérebro, para contrabalançar, os impulsos do coração.
- (E) Num de seus textos, a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda, com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma, do sentimento da justiça, que segundo ele foi-nos concedido por Deus que, também nos deu um cérebro, para contrabalançar os impulsos do coração.

### Raciocínio Lógico-Matemático

**Atenção:** Utilize o texto a seguir para responder às questões de números 16 e 17.

*Em uma das versões do jogo de Canastra, muito popular em certos Estados brasileiros, uma canastra é um jogo composto de sete cartas. Existem dois tipos de canastras: a canastra real, formada por sete cartas normais iguais (por exemplo, sete reis) e a canastra suja, formada por quatro, cinco ou seis cartas normais iguais mais a quantidade de coringas necessária para completar as sete cartas. São exemplos de canastras sujas: um conjunto de seis cartas “9” mais um coringa ou um conjunto de quatro cartas “7” mais três coringas.*

*As canastras reais e sujas valem, respectivamente, 500 e 300 pontos, mais o valor das cartas que as compõem. Dentre as cartas normais, cada carta “4”, “5”, “6” e “7” vale 5 pontos, cada “8”, “9”, “10”, valete, dama e rei vale 10 pontos e cada ás vale 20 pontos. Já dentre os coringas, existem dois tipos: o “2”, que vale 20 pontos cada, e o joker, que vale 50 pontos cada.*

*Uma carta “3” não pode ser usada em uma canastra. A Canastra é jogada com dois baralhos, o que resulta em oito cartas de cada tipo (“2”, “3”, “4”, ... , “10”, valete, dama, rei e ás) mais quatro coringas joker.*

16. Ao fazer uma canastra do jogo de Canastra, um jogador conseguirá uma quantidade de pontos, no mínimo, igual a

- (A) 335.
- (B) 350.
- (C) 365.
- (D) 375.
- (E) 390.



17. Ao fazer uma canastra do jogo de Canastra usando apenas sete cartas, um jogador conseguirá uma quantidade de pontos, no máximo, igual a

- (A) 530.
- (B) 535.
- (C) 570.
- (D) 615.
- (E) 640.

18. O número A é composto por 2000 algarismos, todos eles iguais a 1, e o número B é composto por 1000 algarismos, todos eles iguais a 3. Se o número C é igual à soma dos números A e B, então a soma de todos os algarismos que compõem C é igual a

- (A) 5000.
- (B) 4444.
- (C) 4000.
- (D) 3333.
- (E) 3000.

19. No próximo ano, uma enfermeira deverá estar de plantão em 210 dos 365 dias do ano. No hospital em que ela trabalha, só se permite que uma enfermeira fique de plantão por, no máximo, 3 dias consecutivos. Nessas condições, combinando adequadamente os dias de plantão e de folga, o número máximo de dias consecutivos que ela poderá tirar de folga nesse ano é igual a

- (A) 78.
- (B) 85.
- (C) 87.
- (D) 90.
- (E) 155.

20. Durante um comício de sua campanha para o Governo do Estado, um candidato fez a seguinte afirmação:

**“Se eu for eleito, vou asfaltar 2.000 quilômetros de estradas e construir mais de 5.000 casas populares em nosso Estado.”**

Considerando que, após algum tempo, a afirmação revelou-se falsa, pode-se concluir que, necessariamente,

- (A) o candidato não foi eleito e não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas no Estado.
- (B) o candidato não foi eleito, mas foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.
- (C) o candidato foi eleito, mas não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas no Estado.
- (D) o candidato foi eleito e foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.
- (E) não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas ou não foram construídas mais de 5.000 casas po-

### Noções de Direito Constitucional

21. Entre as atribuições conferidas pelo texto constitucional ao Presidente da República está o poder de “conceder indulto e comutar penas”. O indulto implica extinção de punibilidade, liberando o condenado por sentença criminal do cumprimento da pena ou do seu restante. Já a comutação de pena consiste em substituição da sanção judicial aplicada por outra, em geral, mais branda. O exercício dessa atribuição presidencial não é cabível, nos termos da Constituição Federal, para beneficiar os condenados pela prática das infrações criminais de

- (A) terrorismo, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (B) tortura, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (C) terrorismo, tortura, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (D) terrorismo, tortura, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, bem como tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (E) terrorismo, tortura, racismo e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

22. É competência privativa da União legislar sobre as matérias de direito

- (A) agrário, direito econômico, sistema estatístico e registros públicos.
- (B) do trabalho, propaganda comercial, metalurgia e proteção à infância e à juventude.
- (C) penal, direito penitenciário, cidadania e sistema cartográfico.
- (D) espacial, desapropriação, propaganda comercial e definição de crimes de responsabilidade.
- (E) agrário, direito penitenciário, metalurgia e sistema cartográfico.

23. Considere as seguintes afirmativas:

- I. O direito de reunião em locais abertos ao público deve ser exercido, segundo o texto constitucional, de forma pacífica, sem armas, com prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- II. É assegurada pela Constituição Federal a gratuidade das ações de *habeas corpus* e *habeas data* e, na forma da lei, dos atos necessários ao exercício da cidadania, bem assim, aos reconhecidamente pobres, do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.
- III. É cabível a impetração de *habeas data* em caso de violação do direito fundamental assegurado a todos de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse geral, ainda que, neste último caso, não diga respeito especificamente à pessoa do impetrante.

Está correto o que consta em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.



24. Considere as seguintes afirmativas:

- I. As decisões proferidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho são dotadas de efeito vinculante.
- II. A competência constitucionalmente assegurada para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho e os *habeas corpus* quando o ato questionado envolver matéria sob sua jurisdição implica o reconhecimento de legitimidade para o exercício de jurisdição penal aos órgãos da Justiça do Trabalho.
- III. A instalação de justiça itinerante pelos Tribunais Regionais do Trabalho deve servir-se, segundo o texto constitucional, dos equipamentos públicos disponíveis, sendo vedada a utilização daqueles de natureza particular ou comunitária.

Está correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

25. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Lei federal que condicione o exercício da profissão de músico à inscrição regular na Ordem dos Músicos do Brasil e ao pagamento das respectivas anuidades não ofende a Constituição, pois cabe ao legislador estabelecer qualificações profissionais a serem exigidas como condição ao exercício do direito fundamental à liberdade de profissão.
- II. É assegurada às entidades associativas, desde que expressamente autorizadas, legitimidade para representar seus filiados judicialmente, inclusive em sede de ação civil pública e de mandado de segurança coletivo.
- III. A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, bem como o direito à indenização por danos morais decorrentes de sua violação são constitucionalmente assegurados às pessoas naturais e não às pessoas jurídicas.

Está correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

### Noções de Direito Administrativo

26. A Administração pública de São Bernardo do Campo tem necessidade de adquirir equipamento de informática que é produzido e comercializado, com exclusividade, por empresa brasileira sediada no Estado do Paraná. Após ampla e detida pesquisa, constatou-se que referido equipamento é o único capaz de atender de forma satisfatória o interesse público, sendo premente sua aquisição. Para tanto, a Administração pública municipal deve comprar referido equipamento por meio de

- (A) procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, que é exigência constitucional para todas as contratações públicas.
- (B) procedimento licitatório, elegendo a modalidade licitatória que imprima maior competitividade ao certame, desde que o faça de forma motivada.
- (C) contratação direta, com fundamento na dispensa de licitação, exigindo do fornecedor a comprovação de exclusividade de fabricação e comercialização, por meio da apresentação de atestado emitido para esse fim.
- (D) contratação direta, com fundamento na inexigibilidade de licitação, exigindo, para tanto, que o fornecedor apresente a documentação comprobatória da condição de exclusividade, nos termos da Lei.
- (E) contratação direta, com fundamento na dispensa ou na inexigibilidade de licitação, não havendo, em qualquer das



27. Durante procedimento licitatório, na fase de homologação, o Poder Público apercebeu-se que a execução do serviço objeto da licitação não mais atendia ao interesse público que motivou a abertura do certame, em razão de situação incontornável, decorrente de fato superveniente à sua instauração, devidamente comprovado. Nessa condição, a autoridade competente superior, após receber o processo de licitação, deve
- (A) revogar a licitação, por ato devidamente motivado, assegurando-se aos interessados o contraditório e a ampla defesa.
  - (B) anular o procedimento por razão de interesse público, não havendo obrigação de indenização, porque os licitantes não têm direito subjetivo à contratação.
  - (C) homologar o ato de resultado final da Comissão de Licitação, confirmando a validade do certame e adjudicando o objeto da licitação ao vencedor do certame, que tem direito subjetivo à contratação.
  - (D) anular o procedimento por razões de ordem administrativa, ficando a Administração obrigada a indenizar os participantes da licitação.
  - (E) revogar a licitação, por motivo de legalidade, não havendo obrigação legal de assegurar o contraditório e a ampla defesa, porque os licitantes não têm direito subjetivo à contratação.
- 
28. Ato normativo emanado do Poder Legislativo federal criou, junto aos quadros do Ministério da Saúde, cargos de provimento efetivo autorizando seu preenchimento pela integração, no serviço público federal, de servidores públicos de Autarquia estadual da área da saúde que atuavam há muitos anos no serviço público federal, em razão de acordo entre o Estado e a União. Os atos administrativos de provimento pautados em referida norma legal
- (A) não são passíveis de anulação pelo judiciário, porque a exigência de concurso público se dá tão somente para primeira investidura no serviço público.
  - (B) são passíveis de revogação, por motivo de conveniência e oportunidade, mas não de anulação, isso porque o administrador está adstrito ao princípio da legalidade que, na hipótese, fundamenta a transposição funcional de um cargo a outro, mesmo que de esfera governamental distinta.
  - (C) são passíveis de anulação pelo Poder Judiciário, porque têm por fundamento norma legal que ofende a Constituição Federal; sendo igualmente inválidos todos os atos administrativos eventualmente praticados por referidos servidores, que, por essa razão, não surtem efeitos.
  - (D) não são passíveis de anulação porque se cuidam de provimento derivado, considerando que os servidores mantinham vínculo anterior com a Administração pública de outra esfera governamental.
  - (E) são passíveis de anulação pelo Poder Judiciário, porque têm por fundamento norma legal que malfez a Constituição Federal, sendo, no entanto, válidos os atos administrativos eventualmente praticados por referidos servidores, se por outra razão não forem viciados.
- 
29. Servidor Público federal, ocupante de cargo junto ao Ministério da Fazenda, foi deslocado, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, no interesse da Administração. O ato administrativo descrito, nos termos da Lei nº 8.112/1990, denomina-se
- (A) redistribuição, que se constitui na modalidade de deslocamento do servidor que se dá de ofício, no interesse da Administração, com ou sem mudança de sede, independentemente de motivação.
  - (B) remoção, que compreende as modalidades de ofício, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá no interesse da administração, e a pedido, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá a critério da Administração, podendo, no entanto, ocorrer independentemente do interesse da Administração, nas situações expressamente autorizadas pela Lei.
  - (C) transferência, que é a modalidade de deslocamento do servidor que se dá de ofício, com ou sem mudança de sede, sempre no interesse da Administração.
  - (D) remoção, que compreende as modalidades de ofício, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá no interesse da Administração, e a pedido, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá, exclusivamente, a critério da Administração.
  - (E) recondução, que se constitui na modalidade de deslocamento do servidor que se dá de ofício, no interesse da administração, com ou sem mudança de sede, hipótese em que a motivação do ato é dispensada; denominando-se redistribuição, o deslocamento a pedido do servidor.
- 
30. Órgão integrante do Poder Legislativo federal, no desempenho da função administrativa, solucionou controvérsia proferindo ato administrativo restritivo de direito sem, no entanto, observar a Lei nº 9.784/1999. Considerando o âmbito de aplicação da referida lei, é correto afirmar que o administrador atuou
- (A) conforme a lei, porque o referido ato normativo aplica-se, exclusivamente, ao Poder Executivo federal, abrangendo a Administração pública direta e indireta.
  - (B) conforme a lei, porque o referido ato normativo aplica-se ao Poder Executivo federal, abrangendo a Administração pública direta e indireta e ao Poder Judiciário federal, não se aplicando ao Poder Legislativo federal, estadual ou local.
  - (C) em desconformidade com a lei, porque os preceitos da supracitada norma também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
  - (D) em desconformidade com a lei, porque os preceitos da norma também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, respectivamente, quando no desempenho de função legislativa e judicial.
  - (E) conforme a lei, porque o ato normativo aplica-se tão somente às unidades de atuação integrantes da estrutura da

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. De acordo com as gradações da representatividade jurídica de seu conteúdo, os documentos públicos, segundo Heloísa Liberalli Bellotto, podem ser
- (A) internos, intermediários e externos.
  - (B) dispositivos, testemunhais e informativos.
  - (C) intensivos, extensivos e semiextensivos.
  - (D) constitutivos, diretivos e financeiros.
  - (E) substantivos, adjetivos e aparentes.
32. Tratados, convênios e contratos constituem exemplos de documentos
- (A) de assentamento.
  - (B) de correspondência.
  - (C) normativos.
  - (D) pactuais.
  - (E) enunciativos.
33. O vínculo original e necessário entre os documentos de arquivo, determinado pelas funções, competências e atividades que os geraram, constitui o que se convencionou chamar de
- (A) neutralidade.
  - (B) naturalidade.
  - (C) imparcialidade.
  - (D) autenticidade.
  - (E) organicidade.
34. As dicotomias *públicos* × *privados* e *administrativos* × *históricos* levam em conta, na classificação dos arquivos, respectivamente,
- (A) as características dos usuários mais frequentes e as datas-limite dos documentos.
  - (B) a natureza jurídica dos órgãos de origem e o tipo de uso predominante dos documentos.
  - (C) os gêneros documentais e as finalidades das instituições de custódia.
  - (D) os tipos documentais e os critérios de arranjo a que são submetidos.
  - (E) as condições de acesso e os planos de classificação utilizados.
35. O certificado que dá autorização a uma pessoa para tratar de informação classificada é
- (A) a credencial de segurança.
  - (B) o dispositivo móvel.
  - (C) o atestado de classificação.
  - (D) o termo de autorização.
  - (E) a certidão de cadastramento.
36. No âmbito do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário,
- (A) é facultado aos advogados, em relação aos processos em que tenham atuado, a apresentação às Comissões Permanentes de Avaliação Documental de proposta fundamentada tanto de guarda definitiva quanto de eliminação de documentos.
  - (B) poderá ser estabelecido convênio para a transferência da guarda definitiva da documentação dos tribunais e demais organismos do Poder Judiciário as instituições do Poder Executivo (federal, estadual ou municipal) que tenham condições de atender a demandas de pesquisa acadêmica na sua área de jurisdição.
  - (C) os agravos de instrumentos, os recursos em sentido estrito em matéria criminal processados por instrumento e os incidentes processuais atuados em apartado poderão ser eliminados, independentemente do processo principal, logo após o traslado das peças originais não existentes neste, e sem necessidade de publicação de edital de eliminação.
  - (D) fica proibido o estabelecimento de convênios com órgãos ou entidades de caráter cultural para auxílio nas atividades de gestão documental do Poder Judiciário, seja para tratamento do acervo, seja para disponibilização de acesso a informações.
  - (E) as ações rescisórias, os recursos que formarem autos e os embargos à execução serão de guarda permanente, independentemente da destinação final atribuída aos feitos que lhes deram origem.
37. De acordo com a Política de Segurança da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, ao conjunto de ações de prevenção e procedimentos de recuperação a serem seguidos para proteger os processos críticos de trabalho contra efeitos de falhas de equipamentos, acidentes, ações intencionais ou desastres naturais significativos, assegurando a disponibilidade das informações, dá-se o nome de
- (A) Base Operacional de Segurança.
  - (B) Gestão de Proteção de Documentos.
  - (C) Sistema de Segurança de Dados.
  - (D) Programa de Acesso às Informações.
  - (E) Plano de Continuidade de Negócio.
38. Localizar documentos judiciais que se encontram no arquivo intermediário e elaborar vocabulário controlado são incumbências que a Coordenaria de Gestão Documental e Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região realiza, respectivamente, por meio das seções de:
- (A) Destinação Documental e de Consulta e Atendimento.
  - (B) Recepção, Logística e Armazenamento Documental e de Destinação Documental.
  - (C) Consulta e Atendimento e de Arquivo Histórico e Memória Institucional.
  - (D) Arquivo Histórico e Memória Institucional e de Recepção, Logística e Armazenamento Documental.
  - (E) Arquivo Histórico e Memória Institucional e de Des-





**Atenção:** Considere o item 26 do Código de Classificação de Documentos do Superior Tribunal do Trabalho e responda às questões de números 39, 40 e 41.

26	SEGURANÇA DO TRABALHO
26.1	Higiene e segurança do trabalho
26.2	Prevenção de acidentes de trabalho
26.3	Comunicação de acidente de trabalho
26.4	Certificado de aprovação de instalações
26.5	Dados informativos de acidentes
26.6	Comissão interna de prevenção de acidentes
26.7	Manual de segurança e de prevenção de acidentes
26.8	Laudo de avaliação ambiental
26.9	Laudo técnico de inspeção ou informação técnica do local de trabalho

39. O subitem 26.8 designa

- (A) uma atividade.
- (B) uma espécie documental.
- (C) um assunto.
- (D) um tipo documental.
- (E) uma função.

40. Dentre os subitens, o único que designa entidade produtora é o

- (A) 26.5
- (B) 26.6
- (C) 26.4
- (D) 26.3
- (E) 26.2

41. São exemplos de funções e/ou atividades os subitens

- (A) 26.1 e 26.2
- (B) 26.3 e 26.5
- (C) 26.1 e 26.9
- (D) 26.4 e 26.5
- (E) 26.2 e 26.7

**Atenção:** Considere as afirmações abaixo para responder as questões de números 42 e 43.

De acordo com Renato Tarciso Barbosa de Sousa, a classificação é uma função matricial na área arquivística, e envolve a análise escalonada dos elementos que, registrados na coluna A do quadro abaixo, são devidamente especificados na coluna B.

	Coluna A	Coluna B
1	organização	denominação (nome e sigla), localização, área de atuação, criação, vinculação administrativa e política.
2	estrutura organizacional	organograma, atribuições, unidades organizacionais da atividade-meio e da atividade-fim, alterações e modificações.
3	I	denominação (nome e sigla), localização, responsáveis, vinculação hierárquica (política, administrativa e funcional) e atribuições.
4	atribuição	descrição das atividades que compõem a atribuição.
5	atividade	II
6	tarefa	identificação dos tipos documentais que podem ser resultado das tarefas executadas.

42. A lacuna I é corretamente preenchida com

- (A) competência.
- (B) missão institucional.
- (C) unidade organizacional.
- (D) incumbência.
- (E) área de jurisdição.

43. O adequado preenchimento da lacuna II é

- (A) descrição das tarefas que compõem a atividade.
- (B) descrição das atribuições que compõem as tarefas.
- (C) identificação dos responsáveis pelas tarefas.
- (D) vinculação hierárquica dos setores.
- (E) denominação dos setores responsáveis pelas atribuições.

44. Observe os termos abaixo reproduzidos, que figuram num tesouro jurídico.

Princípio da oralidade  
TR – Audiência de instrução e julgamento  
TR – Princípio da economia processual

Tais termos constituem exemplo de

- (A) relação de equivalência.
- (B) poli-hierarquia.
- (C) relação hierárquica.
- (D) relação associativa.
- (E) sinonímia.

45. No processo de elaboração de vocabulário controlado, com a perspectiva de propiciar breve definição de descritores, ampliando ou restringindo seu significado para fins essencialmente práticos, utilizam-se

- (A) remissivas.
- (B) termos compostos.
- (C) palavras-chave.
- (D) verbetes alternativos.
- (E) notas de escopo.

46. De acordo com o Ato nº 6 do Gabinete da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, de 12 de março de 2013, compõem a Comissão Permanente de Avaliação Documental, entre outros, um bacharel em

- (A) Administração, um bacharel em Arquivologia e um representante do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário.
- (B) Direito, um bacharel em História e um servidor responsável pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.
- (C) Arquivologia, um bacharel em Biblioteconomia e um servidor responsável pela Secretaria da Corregedoria Regional.
- (D) Ciências Políticas e Sociais, um bacharel em Direito e um representante da Comissão de Uniformização de Jurisprudência.
- (E) História, um bacharel em Contabilidade e um servidor responsável pela Secretaria de Gestão da Infor-



<p><b>Atenção:</b> Considere as recomendações do Conselho Nacional de Justiça quanto à elaboração de plano amostral para os processos passíveis de eliminação, para responder as questões de números 47 e 48.</p> <p>47. A população sobre a qual se aplica a amostra deve ter, no mínimo,</p> <p>(A) 5.000 processos. (B) 10.000 processos. (C) 1.000 processos. (D) 500 processos. (E) 100 processos.</p>	<p>53. Considere as disposições abaixo, relacionadas com a Lei de Acesso à Informação, de 18 de novembro de 2011.</p> <p>I. O consentimento expresso da pessoa a quem se referem as informações é dispensado se necessárias ao cumprimento de ordem judicial.</p> <p>II. Os sítios dos órgãos oficiais devem divulgar em detalhe os formatos utilizados para estruturação das informações disponíveis.</p> <p>III. É permitido conhecer os resultados de inspeções e auditorias em órgãos públicos, salvo quando referentes a exercícios anteriores.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas. (B) I e III, apenas. (C) III, apenas. (D) I, II e III. (E) I, apenas.</p>
<p>48. Para efeitos de elaboração de plano amostral, o <i>Manual de gestão documental do Poder Judiciário</i> sugere utilizar como critério de estratificação dos processos passíveis de eliminação</p> <p>(A) a comarca de origem. (B) a classe processual. (C) o assunto processual. (D) a tipologia documental. (E) o ano de distribuição.</p>	<p><b>Atenção:</b> Considere as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos quanto à geração de matrizes digitais, para responder as questões de números 54 e 55.</p> <p>54. Para microfimes e microfichas, recomenda-se reprodução</p> <p>(A) em cores e resolução mínima de 600 dpi. (B) bitonal e resolução mínima de 300 dpi. (C) em tons de cinza e resolução mínima de 300 dpi. (D) em tons de cinza e resolução mínima de 600 dpi. (E) bitonal e resolução mínima de 600 dpi.</p>
<p>49. Ao documento assinado pela parte dando poderes a um advogado para conduzir o processo sob seu interesse dá-se o nome de</p> <p>(A) notificação. (B) subscrição. (C) procuração. (D) petição. (E) precatório.</p>	<p>55. Para plantas, recomenda-se reprodução em</p> <p>(A) tons de cinza ou em cores e resolução mínima de 300 dpi. (B) preto e branco ou em tons de cinza e resolução mínima de 600 dpi. (C) preto e branco ou em cores e resolução mínima de 1.200 dpi. (D) tons de cinza ou em cores e resolução mínima de 1.200 dpi. (E) preto e branco ou em cores e resolução mínima de 300 dpi.</p>
<p>50. Com o atributo de pericial, o resultado de exame realizado por profissional especialista, destinado a verificar ou esclarecer determinado fato, é registrado em</p> <p>(A) laudo. (B) liminar. (C) recurso. (D) mandado. (E) provimento.</p>	<p>56. Para testar a autenticidade de um valor numérico e evitar fraudes ou erros em seu registro ou transmissão, utiliza-se, a exemplo do que ocorre nos processos do Poder Judiciário, o chamado</p> <p>(A) dígito verificador. (B) objeto de dado. (C) PRNG (<i>Pseudo Random Number Generator</i>). (D) módulo de segurança criptográfica.</p>
<p>51. A forma de assegurar o cumprimento de um dispositivo legal configura, na análise diplomática,</p> <p>(A) o protocolo final. (B) o preâmbulo. (C) o dispositivo. (D) a sanção. (E) a corroboração.</p> <p>52. Livro e RTF são exemplos de um conceito polissêmico na área arquivística, qual seja, o de</p> <p>(A) espécie. (B) forma. (C) gênero. (D) formato. (E)</p>	



57. De acordo com a Resolução nº 185, do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de dezembro de 2013, “somente serão admitidas assinaturas digitais de pessoas físicas e de pessoas físicas representantes de pessoas jurídicas, quando realizadas no sistema PJe ou a este destinada, se utilizado certificado digital A3 ou equivalente que o venha a substituir, na forma da normatização do ICP-Brasil”. Entende-se por certificado digital A3 aquele em que a
- (A) geração e o armazenamento das chaves criptográficas (de no mínimo 2048 *bits*) são feitos em cartão inteligente ou *Token*, ambos com capacidade de geração de chaves e protegidos por senha ou *hardware* criptográfico aprovado pela ICP-Brasil.
  - (B) geração das chaves criptográficas é feita por *software* e cujo armazenamento pode ser feito em *hardware* ou repositório protegido por senha, cifrado por *software*.
  - (C) geração das chaves criptográficas, armazenadas em cartão inteligente ou *Token* (ambos sem capacidade de geração de chave e protegidos por senha), é feita em *software*.
  - (D) geração e o armazenamento das chaves criptográficas (de no mínimo 1024 *bits*) são feitos em cartão inteligente ou *Token*, ambos com capacidade de geração de chaves e protegidos por senha ou *hardware* criptográfico aprovado pela ICP-Brasil.
  - (E) validação é feita por autoridade de registro, mediante encaminhamento de solicitação de emissão e identificação presencial do solicitante.
- 

58. Seguindo um padrão único de numeração, conforme exigência do Conselho Nacional de Justiça, os processos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região apresentam-se com numeração segmentada, como no exemplo abaixo:

00000001.33.2010.5.02.0001

O penúltimo segmento é destinado ao registro do número

- (A) do tipo de processo.
  - (B) da vara.
  - (C) do mês.
  - (D) da comarca.
  - (E) da região.
- 
59. Para medir o grau de acidez, neutralidade ou alcalinidade de determinado suporte utiliza-se o
- (A) anemômetro.
  - (B) luxímetro.
  - (C) barômetro.
  - (D) peagâmetro.
  - (E) linímetro.
- 
60. Quando se menciona o patrimônio arquivístico de um país, Estado ou município, dele se excluem, sempre, os documentos
- (A) de organismos de origem privada.
  - (B) de órgãos públicos em fase corrente.
  - (C) de embaixadas e consulados.
  - (D) das forças armadas.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**Instruções gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo IX, item 6, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que, na Folha de Resposta Definitiva:

- for assinada fora do local apropriado;
- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- for escrita à lápis, em parte ou em sua totalidade;
- estiver em branco;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Deverão ser rigorosamente observados os limites de linhas da Folha de Resposta Definitiva.

Em hipótese alguma será considerada pela Banca Examinadora a redação escrita neste rascunho.

Redija seu texto final na Folha de Resposta Definitiva da Prova Discursiva.

*Há quem acredite que, ao noticiar um fato, o jornalista deve ater-se à objetividade desse fato, sem submetê-lo a uma perspectiva mais pessoal. Mas há também quem creia que nenhum fato existe fora de alguma perspectiva pessoal e, nesse caso, a objetividade plena de uma notícia é apenas ilusória.*

**Escreva uma dissertação em prosa posicionando-se quanto a uma das duas convicções apresentadas ou ponderando sobre ambas. Justifique amplamente seu ponto de vista.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	